



# SENADO FEDERAL

## **PARECER Nº 2.518, DE 2009**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2006, (nº 1.811/2003, da Deputada Laura Carneiro), que acrescenta o art. 258-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, (disciplina a destinação de recursos oriundos de multas, por infrações administrativas e prevê a substituição da pena de multa por prestação de serviços à comunidade).

**RELATORA: Senadora LUCIA VÂNIA**

### **I – RELATÓRIO**

Vem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2006, de autoria da Deputada Laura Carneiro. O referido projeto determina que as penas de multa previstas no Capítulo II, Das Infrações Administrativas, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), serão destinadas ao custeio do atendimento a crianças e adolescentes dependentes químicos, por prazo de até 6 meses, em estabelecimentos clínicos especializados.

Também prevê a possibilidade de substituição da multa por trabalho junto às organizações que tratam do atendimento a crianças e adolescentes com problemas de alcoolismo e dependência química.

Na Câmara dos Deputados o projeto foi aprovado nas Comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania, na forma de substitutivo.



No âmbito do Senado, ele foi distribuído à apreciação terminativa desta Comissão, onde não lhe foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

O Estatuto da Criança e do Adolescente, no Capítulo II do Título VII (Das Infrações Administrativas), dispõe sobre as penalidades para várias infrações administrativas, tais como a prevista no art. 245, que apena com multa de 3 a 20 salários de referência os médicos, professores e responsáveis por estabelecimentos de saúde ou de educação que não comunicarem às autoridades competentes os casos de maus tratos contra crianças e adolescentes.

No mesmo capítulo, o art. 250 determina *que hospedar criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável ou sem autorização escrita destes, ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere*, acarreta multa de 10 a 50 salários de referência, inclusive com a possibilidade de fechamento do estabelecimento pela autoridade judiciária por até 15 dias.

Todos os 14 artigos que compõem o referido capítulo fixam, para os casos de infração administrativa, multas que, de acordo com o projeto, devem ser destinadas ao custeio do tratamento de crianças e adolescentes dependentes químicos.

Entretanto, o art. 214 do ECA é bastante claro quando estipula que *os valores das multas reverterão ao fundo gerido pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do respectivo município*. Também estabelece no inciso IV do art. 88, como diretrizes da política de atendimento a crianças e adolescentes, *a manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente*, bem como a municipalização do atendimento e a criação dos referidos conselhos municipais, estaduais e nacional.

Desse modo, é imperativo concluir que a proposta em exame se mostra antijurídica ao contrariar o próprio Estatuto, que já confere destinação aos recursos arrecadados pelas multas. Ademais, o projeto restringe – sem justificativa plausível – a utilização desses recursos a uma só área, ignorando a existência de outros problemas igualmente relevantes. Não bastasse isso, ainda interfere com a autonomia dos respectivos Conselhos, órgãos responsáveis por indicar a aplicação de tais recursos.



Também vale observar que os recursos dos fundos têm natureza suplementar e não podem responder integralmente pelo financiamento de uma obrigação do Estado. As ações nas áreas de educação e saúde devem ser atendidas com recursos orçamentários dos governos municipal, estadual e nacional.

Por último, cumpre dizer que o projeto apresenta – no artigo que sugere acrescer ao ECA – dois problemas absolutamente diversos. De um lado, dispõe sobre a destinação dos recursos oriundos de multa; do outro, apresenta a possibilidade de comutação da pena: a prestação de serviço voluntário em instituições que tratem de crianças e adolescentes vítimas do alcoolismo e da dependência química como alternativa às multas prescritas na lei para as infrações administrativas.

Sem entrar no mérito da localização sugerida para essas mudanças, visivelmente equivocada, não se pode ignorar que a última provisão em nada contribui para o financiamento das atividades dos estabelecimentos mencionados, além de reduzir a disponibilidade de recursos para seu custeio.

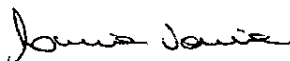
### III – VOTO

Em face do exposto, e embora reconhecendo a nobreza de sentimento da iniciativa, votamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2006, em razão de sua injuridicidade.

Sala da Comissão, 9 de dezembro de 2009.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES, Presidente EM EXERCÍCIO

, Relatora





# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 30 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 09/12/09, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Senador Francisco Dornelles</i>	
RELATOR:	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)</b>	
SERYS SLHESSARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO <i>[assinatura]</i>
EDUARDO SUPPLY <i>[assinatura]</i>	3. MARCELO CRIVELLA <i>[assinatura]</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA <i>[assinatura]</i>
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
JOÃO PEDRO	6. MARINA SILVA (PV)
<b>MAIORIA (PMDB, PP)</b>	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCA <i>[assinatura]</i>
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES <i>[assinatura]</i>	4. LOBÃO FILHO <i>[assinatura]</i>
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP <i>[assinatura]</i>
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
<b>BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)</b>	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
OSVALDO SOBRINHO	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL <i>[assinatura]</i>	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO <i>[assinatura]</i>
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA <i>[assinatura]</i>	8. ARTHUR VIRGÍLIO <i>[assinatura]</i>
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
<b>PTB</b>	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
<b>PDT</b>	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

Atualizada em: 19/11/2009



## Legislação citada anexada pela Secretaria Geral da Mesa

### LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

#### Capítulo I

##### Disposições Gerais

Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:

I - municipalização do atendimento;

II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;

III - criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;

IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente;

#### Capítulo VII

##### Da Proteção Judicial dos Interesses Individuais, Difusos e Coletivos

Art. 214. Os valores das multas reverterão ao fundo gerido pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do respectivo município.

#### Capítulo II

##### Das Infrações Administrativas

Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

~~Art. 250. Hospedar criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável ou com autorização escrita destes, ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congêneres:~~



~~Pena – multa de dez a cinquenta salários de referência; em caso de reincidência, a autoridade judiciária poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até quinze dias.~~

Art. 250. Hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere: (Redação dada pela Lei nº 12.038, de 2009).

Pena – multa. (Redação dada pela Lei nº 12.038, de 2009).

§ 1º Em caso de reincidência, sem prejuízo da pena de multa, a autoridade judiciária poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até 15 (quinze) dias. (Incluído pela Lei nº 12.038, de 2009).

§ 2º Se comprovada a reincidência em período inferior a 30 (trinta) dias, o estabelecimento será definitivamente fechado e terá sua licença cassada. (Incluído pela Lei nº 12.038, de 2009).

.....  
.  
Publicado no DSF, de 15/12/2009.